

OS DETERMINANTES DO PROJETO POLÍTICO DE FORMAÇÃO DO ENFERMEIRO

Moêmia Gomes de Oliveira Miranda ¹

RESUMO: O estudo analisa os determinantes do projeto político de formação do enfermeiro na FAEN/UERN, situando-o no contexto econômico, político e social dos anos 1970 e 1980 em nível nacional considerando sua especificidade, suas determinações históricas concretas. As entrevistas e grupos focais realizados com docentes da instituição revelam divergentes determinantes para a formação como o movimento de reforma sanitária e movimento participação, a crise da enfermagem, a legislação vigente e o mercado de trabalho. Podemos apreender que não existe uma consensualidade entre os docentes em torno dos determinantes da (re)orientação da formação do enfermeiro no espaço da FAEN/UERN. No mesmo grupo de docentes, identificamos determinantes indicativos de uma visão mais crítica da realidade além de determinantes que explicitam uma visão tecnicista e reducionista da realidade. Desse modo explicitam diversas concepções sobre educação e, conseqüentemente, compromissos políticos distintos e contraditórios com a formação.

Palavras-chave: Reforma Sanitária. Movimento Participação. Formação do Enfermeiro.

INTRODUÇÃO

O movimento de reforma sanitária ao propor um modelo

¹ Moêmia Gomes de Oliveira Miranda. Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da UFRN. Professora Adjunto IV da Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Email: moemiagomes@gmail.com

de saúde ancorado no conceito de saúde como processo que é determinado pela condição de vida e trabalho na qual se encontra inserida a população e, fundamentado nos princípios da universalidade, equidade, integralidade, descentralização e participação popular, materializados no Sistema Único de Saúde – SUS requer mudanças estruturais para o setor, as quais estão vinculados às lutas mais gerais por transformações da sociedade brasileira.

Desse modo, a consolidação do Sistema Único de Saúde - SUS, como política pública, apela para uma nova forma de produzir em saúde. Significa (re)direcionar a forma de organização e os conteúdos das ações e serviços de saúde de modo a responder às demandas da população que vive e trabalha em determinado território (MIRANDA, MOURA, LIMA, 2003).

Essa forma de produzir em saúde provoca o debate sobre a formação em saúde/enfermagem, operacionalizada no espaço da universidade brasileira, no que se refere às possibilidades e limites para qualificá-los para a produção de serviços no SUS, assumindo o compromisso com a melhoria das condições de vida/saúde da maioria da população brasileira.

Nesse sentido, políticas de formação para a saúde/enfermagem devem ser sustentadas em estratégias de mudança, capazes de fazer frente ao desafio de qualificar enfermeiros que contribuam, de forma efetiva, para a consolidação de uma política de atenção à saúde mais justa, mais igualitária e de melhor qualidade social. Isso implica, também, repensar as relações entre enfermagem e sociedade brasileira e, sobretudo, repensar o seu lugar e a sua responsabilidade no contexto das políticas públicas de saúde e educação.

Com essa compreensão, a FAEN/UERN construiu o seu Projeto Político-Pedagógico, (re)orientador do processo de formação do enfermeiro, incorporando, por um lado, as mudanças desencadeadas no Brasil no contexto dos anos 1970 e 1980, que perseguem a democratização da sociedade e, por outro lado, as bases teórico- metodológicas do movimento de reforma sanitária

brasileira e do movimento participação que têm como eixo estruturante os princípios da saúde coletiva, que, por sua vez, busca a democratização do setor saúde (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 1997, 2001).

No entanto, apesar da existência de um Projeto Político-Pedagógico, em desenvolvimento na FAEN/UERN, norteado por uma nova base referencial para a formação do enfermeiro, que possibilite intervir na produção dos serviços de saúde em resposta às necessidades sociais, essa base referencial parece, ainda, não ter sido incorporada ao processo de formação nesse espaço institucional.

Dito de outra forma, a construção do SUS, pensado pelo movimento de reforma sanitária brasileira e, as políticas sociais, entre essas, as de saúde, incorporadas ao Projeto Político-Pedagógico, ainda não foram analisadas quanto à possibilidade de se constituírem em gestos significativos das referências teórico-metodológicas das práticas no espaço da FAEN/UERN, nas quais se sustentam as bases políticas e pedagógicas para a formação nesse espaço.

Com essa compreensão, esse estudo analisa os determinantes do projeto político de formação do enfermeiro na FAEN/UERN, situando-o no contexto econômico, político e social dos anos 1970 e 1980 em nível nacional considerando sua especificidade e suas determinações históricas concretas. Essa análise evidencia a conexão existente entre esse contexto e o projeto político para a educação em enfermagem, construído coletivamente sob novas bases, na tentativa de assegurar a coerência entre a educação em enfermagem e o projeto político de sociedade.

O nosso interesse centra-se, de modo especial, no processo de (re)orientação da formação do enfermeiro no contexto dos movimentos e políticas ocorridas na saúde e na enfermagem, nas décadas de 1970 e 1980, e os desdobramentos desse processo, no espaço da FAEN/UERN.

1 METODOLOGIA

A educação em enfermagem está intimamente relacionada às macroestruturas e tendências econômicas, sociais e políticas, ao conceito de saúde/doença e de necessidades sociais construídas historicamente, à organização dos serviços e às políticas de saúde e, particularmente, à prática de enfermagem.

É socialmente, mediante o embate entre interesses de diversas naturezas e de diferentes segmentos sociais, que determina o modo como se estrutura a atenção à saúde e à formação dos trabalhadores, necessários para produzir esse tipo de serviço (MINAYO, 1999).

Com essa proposição o percurso metodológico acolheu o desafio de visualizar o objeto considerando a sua especificidade, suas determinações históricas e as relações institucionais e organizativas que permeiam as possibilidades de valorá-lo, analisá-lo, interpretá-lo e reconstruí-lo. Nesse sentido o processo de formação do enfermeiro somente pode ser apreendido nas mediações estabelecidas entre ele e o contexto no qual se desenvolve. Isso requer situá-lo em suas determinações históricas concretas, ultrapassando a dimensão da aparência. No dizer de Kosik (1995, p. 12) “o fenômeno indica a essência e a esconde; e sem a compreensão do fenômeno em suas manifestações, a essência seria inatingível.”

A operacionalização do estudo ocorreu em três movimentos, ou seja, a revisão bibliográfica; o estudo de documentos; as entrevistas e os grupos focais realizados com os docentes da FAEN/UERN. Esses movimentos não obedeceram a uma ordem de prioridade e aconteceram considerando as necessidades geradas pelo próprio estudo e, em alguns momentos, ocorreram de modo concomitante, não existindo, portanto, uma ordem cronológica.

No primeiro movimento realizamos a revisão bibliográfica sobre as políticas de saúde adotadas pelo Estado Brasileiro, considerando o contexto econômico, social e político de cada momento histórico, identificando os desdobramentos para a formação em saúde/enfermagem.

No segundo movimento, nos debruçamos sobre os

documentos relativos à Reforma Sanitária; os documentos relativos ao processo de (re)orientação da formação do enfermeiro como os relatórios de eventos nacionais e regionais; as recomendações dos Seminários Nacionais de Diretrizes para a Educação em Enfermagem – SENADEn's; anais de congressos brasileiros da categoria; entre outros.

O terceiro movimento foi relativo à investigação junto aos docentes com os quais realizamos grupos focais e entrevistas. Foram selecionados os docentes enfermeiros, que se dispuseram a colaborar com o estudo e que participaram do movimento de construção e de implementação do Projeto Político-Pedagógico – PPP- elaborado, a partir de 1986, e implementado a partir de 1996. Esses docentes foram selecionados considerando tratar-se de profissionais que contemplavam as diversas áreas temáticas do currículo e que tiveram uma participação ativa no movimento e/ ou assumiram cargos estratégicos durante os movimentos citados (construção e implementação do PPP) como a coordenação da Comissão de Estudos Curriculares ou a Orientação Acadêmica ou cargos de chefia de departamento, direção/vice direção da FAEN/ UERN. Constituem-se, portanto, em sujeitos que têm acumulado experiência significativa acerca do processo de (re)orientação da formação no espaço da instituição.

Como técnica principal, recorreremos ao grupo focal por possibilitar a coleta de dados com um certo nível de profundidade e em pequeno espaço de tempo. Especificamente, traz, à tona, as discussões que expressam opiniões, relevâncias e valores dos docentes que participaram do estudo. A entrevista semiestruturada se constituiu em técnica complementar, visando assegurar a participação de alguns profissionais imprescindíveis ao estudo, mas que não tiveram condições de participar dos grupos focais.

Ressaltamos que os nomes dos docentes, participantes do estudo, foram resguardados, em relação aos seus depoimentos. Assim, como forma de lhes assegurar o anonimato, identificamos como Grupo Focal 1 (GF1), Grupo Focal 2 (GF2), Entrevistado 1 (E1), Entrevistado 2 (E2) e Entrevistado 3 (E3).

O produto dos depoimentos foi organizado, sistematicamente, visando à composição dos dados empíricos, objeto de análise. Assim, o estudo se reveste de importância pelos resultados apresentados, pela possibilidade de interpretação, análise e, ainda, pela explicitação das relações e contradições, presentes na realidade captada.

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

2.1 Os determinantes da formação do enfermeiro no espaço da FAEN/UERN

Inserida no processo ocorrido na sociedade brasileira nos anos 1970 e 1980, a enfermagem se mobiliza para intervir na produção dos serviços de saúde e, conseqüentemente, na democratização do setor. Essas décadas foram marcadas pelo surgimento de movimentos expressivos, como o Movimento de Reforma Sanitária Brasileira, na saúde e, o Movimento Participação, na enfermagem, que buscaram analisar a situação da enfermagem brasileira articulada aos problemas estruturais e conjunturais.

Com o processo de democratização do país, esses movimentos tomam corpo a partir de críticas às políticas e diretrizes adotadas para o setor saúde. Constrói um campo político e ideológico definindo e ampliando seu espaço de atuação, reivindicação e de produção técnico-científica (SENA-CHOMPRÉ, EGRY, 1998; ESCOREL, 1998).

No que se refere à formação, as discussões ocorriam em torno dos marcos teóricos e metodológicos orientadores dessa formação, considerando os determinantes históricos; dos modelos de atenção à saúde implícitos no ensino da enfermagem; da reflexão acerca do compromisso político dessa formação, na perspectiva de formar um enfermeiro comprometido com a mudança da situação de exclusão social na qual encontra-se parcela significativa da população brasileira.

Essas discussões possibilitaram o delineamento de uma política para a educação em enfermagem, nas décadas de 1970 e

1980, cuja orientação para a formação do enfermeiro estabelece a construção de competências e habilidades técnica, política, ética e legal para intervir nos problemas de saúde/doença da população, tendo, como referência, um processo ensinar/aprender ativo, crítico e democrático.

O delineamento dessa política foi coordenado pela Associação Brasileira de Enfermagem - ABEn nacional, oriunda do Movimento Participação, que assume a presidência da entidade a partir de 1986. Essa diretoria passa a imprimir uma nova condução ao trabalho, oportunizando à categoria a construção coletiva de um projeto político para a enfermagem, articulando-a ao contexto das lutas gerais da sociedade e da educação/saúde.

Nessa perspectiva, o processo de (re)orientação da formação no espaço da FAEN/UERN, na opinião de parcela significativa dos docentes, foi fortemente determinado pela conjuntura política, econômica e social do Brasil nos anos 1970 e 1980, momento em que a sociedade encontrava-se inquieta e se organizava politicamente em torno da conquista da democratização da sociedade. Esse cenário construiu as condições necessárias para desencadear a busca pela democratização na saúde, por meio do Movimento de Reforma Sanitária; e, na enfermagem, por intermédio do Movimento Participação. A opinião desses docentes pode ser visualizada nos depoimentos a seguir.

Era um momento em que o país vivia uma efervescência, onde os movimentos sociais se organizavam, a sociedade civil se organizava em busca de mudanças [pela] democratização do país e a enfermagem sofreu influências fortes deste momento que o país vivia (GF1).

[Na saúde] o movimento de Reforma Sanitária. O Movimento Participação, na enfermagem, foi grande responsável por esse movimento [de mudança na formação], aqui em Mossoró (E1).

A intensidade dessa conjuntura, na (re)orientação da formação na FAEN/UERN, pode ser constatada na fala a seguir. “Esse período dessa efervescência influenciou [a mudança]. A gente embarcou nessa mesma luta. Nós somos herdeiras desse movimento.” (GF1).

Podemos perceber nos depoimentos, a importância dos movimentos citados para o desencadeamento da (re)orientação da formação do enfermeiro na FAEN/UERN. Esses movimentos se constituíram em possibilidade de articulação de forças sociais em torno da crítica à crise da saúde e contrárias às políticas, para o setor, em caráter autoritário e privatizante.

Nesse sentido, os participantes do estudo ressaltam a importância da inserção de alguns docentes, da instituição citada, nos movimentos como forma de fortalecer o questionamento interno, aprofundar as discussões e provocar inquietação, conforme observamos nas falas seguintes.

O grupo de Mossoró era muito participativo nos eventos e nos movimentos nacionais. [Então] essas pessoas traziam para a FAEN [as discussões] e começávamos a discutir e isso nos trazia uma certa inquietação. Começamos a questionar [a formação na FAEN] (E2).

Até 1985 a cada congresso e a cada evento que ocorria na enfermagem, as pessoas que participavam, que chegavam aqui, tentavam articular muitas discussões, mas eram, ainda, discussões pontuais. Algumas se apropriavam de determinados conceitos, algumas falas, mas era incipiente. O movimento cresceu em 1986, [momento em que] a enfermagem como um todo estava inquieta. E aqui em Mossoró também. Foi [nesse momento] que a gente teve um grande número de enfermeiros inscritos na ABEn e já querendo criar uma regional em Mossoró (E1).

Os depoimentos reafirmam que a inserção de alguns docentes, da referida instituição no contexto do debate e do movimento contra hegemônico na saúde e na enfermagem, no Brasil, contribuiu, de maneira significativa, para desencadear a construção de novas formas de expressão e representação para a categoria no município de Mossoró, ampliando, assim, os espaços de discussão e participação.

Essa ampliação dos espaços de discussão e participação, em especial, a partir de 1986, contribuiu para o encaminhamento da articulação política da categoria no sentido de mobilizar o maior contingente possível de profissionais da área, na perspectiva do

desenvolvimento de uma campanha municipal de associação na ABEn, culminando com a criação de uma regional da entidade em Mossoró. Essa mobilização consolidou um importante momento organizativo da categoria, bem como acumulou força política em torno da mudança na formação.

Esse cenário possibilitou aos docentes, por um lado, a produção de um conhecimento crítico na FAEN/UERN em relação à crise na qual estava imersa a sociedade, a saúde e a enfermagem. Por outro lado, a incorporação das concepções amplamente difundidas pelos movimentos citados, em especial, a concepção de saúde, conforme depoimento a seguir.

Esses movimentos [se referindo ao Movimento Participação e ao Movimento de Reforma Sanitária] contribuíram muito para a mudança no currículo da FAEN. Eles possibilitaram a reflexão sobre a situação precária de saúde no país [...] apresentaram uma nova compreensão de saúde que deveria orientar os serviços de saúde, a prática dos profissionais e o ensino. Saúde como resultado das condições de trabalho, educação, lazer, cultura, etc (E3).

Ao incorporar as concepções amplamente difundidas pelos movimentos citados, em especial, o movimento de reforma sanitária, a FAEN/UERN assume o compromisso com uma formação que tem, como horizonte, a transformação da realidade social. Esse compromisso ocorre como desdobramento da compreensão de saúde difundida pelo movimento de reforma sanitária, ou seja, saúde como expressão das condições gerais de vida e não como mera oferta de serviços.

Esse compromisso requer a superação da formação tecnicista, especializada, de base flexneriana que, historicamente, permeou a enfermagem e cuja finalidade consiste em atender às demandas do desenvolvimento científico e tecnológico do setor saúde. Essa formação já não responde às necessidades dos serviços de saúde alicerçados nos princípios e diretrizes do SUS, proposto pelo movimento de reforma sanitária. Também não atendeu às necessidades de saúde, nos anos 1980, reconhecidas como necessidades sociais.

Além desses movimentos sociais considerados determinantes para a (re)orientação da formação na FAEN/UERN, um dos participantes do estudo identifica outro determinante, ou seja, a crise na qual estava inserida a enfermagem, conforme visualizamos no depoimento seguinte. “A insatisfação da enfermagem com as suas condições de trabalho e com o processo de formação [em articulação com] os movimentos sociais que estavam em ascensão na época no país inteiro” (E1).

Esse depoimento traduz o reconhecimento de outros determinantes para a (re)orientação da formação como a crise da enfermagem, evidenciada no contexto dos movimentos sociais, em especial o Movimento de Reforma Sanitária e o Movimento Participação. Esse cenário construiu as condições necessárias para a categoria iniciar o debate em torno do seu compromisso social diante da ineficácia das práticas de saúde/enfermagem na resolução dos problemas de saúde que afetam a maioria da população, em face da acentuada crise econômica vivenciada no país naquele momento.

Por outro lado, a crise da enfermagem encontrava-se expressa na insatisfação da categoria com as suas condições de trabalho, bem como na ausência de definição do papel dos diversos profissionais da enfermagem no processo de trabalho, em especial do enfermeiro que vivia uma verdadeira crise de identidade em função da pouca clareza com relação à especificidade do seu trabalho.

Essa crise impulsionou a necessidade de uma nova configuração para a prática e a educação em enfermagem no sentido de assegurar a coerência entre o papel do enfermeiro e a necessidade social, bem como aproximar o ensino e a prática da enfermagem das concepções amplamente difundidas pelos movimentos sociais na saúde e na enfermagem.

Outro participante do estudo aponta as políticas de saúde e as políticas para a educação superior, vigentes, como determinantes para a (re)orientação da formação na FAEN/UERN, conforme podemos observar na fala seguinte.

Foi um momento bastante interessante, que coincide com o movimento da Reforma Sanitária, com a Constituinte [...] o Brasil lançou o Movimento Nacional de Reforma Curricular e de reformas na educação e junto com as reformas do SUS começou-se a pensar o processo de formação do Enfermeiro. Internamente, a gente vivia um momento também que a universidade estava numa crise e a questão da estadualização acontece também nesse momento (GF1).

No que diz respeito às políticas de saúde, o docente faz referência à necessidade de profissionais qualificados para produzir serviços de saúde, considerando os princípios e diretrizes do SUS, preconizados pelo Movimento de Reforma Sanitária. Esses princípios e diretrizes acenam para a superação de práticas profissionais historicamente ancoradas na medicalização e na cientificização, uma vez que se mostravam incapazes de resolver os problemas da maioria da população brasileira, devido ao caráter centralizado e hierarquizado do conhecimento, do capital e do poder político.

No que se refere às políticas educacionais, o docente faz alusão às exigências do MEC em torno de mudanças na organização e estrutura do ensino universitário. As políticas de educação superior estavam inseridas em um contexto de crise econômica e política materializada na redução de recursos financeiros, na queda relativa das matrículas, na desqualificação do ensino superior, no maior distanciamento entre governo e instituições de ensino, entre outros. Assim se constituíam em alvo de críticas pelo movimento dos educadores e pelo movimento estudantil que perseguiram a democratização da educação, assegurando o caráter público, gratuito e universal, bem como a autonomia das universidades.

Esse contexto de crise teve desdobramentos em nível local, momento em que a Fundação Regional do Rio Grande do Norte – FURRN, hoje Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – FUERN, mantenedora da Universidade Regional do Rio Grande do Norte – URRN, hoje, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, passou por uma grave crise financeira, cuja solução ocorreu por meio da estadualização. Assim, em janeiro de 1987, a universidade, incluindo seu patrimônio e cursos, foi

incorporada ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte. A estadualização foi resultado da aglutinação das forças políticas do município, se constituindo em um amplo movimento social.

Ressaltamos que, no momento em que o docente faz referência à reforma da educação, como um dos determinantes para o movimento desencadeado na FAEN/UERN, não deixa clara a articulação com as demandas dos organismos internacionais como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional - FMI. Provavelmente, pelo fato de os profissionais da saúde, de modo geral, não possuírem uma formação política e, conseqüentemente, desconhecerem a discussão acerca dos interesses neoliberais vinculados à educação. Porém, o fazem de igual modo, quando se referem à reforma da saúde.

Apesar de existir a dificuldade na articulação citada, consideramos um avanço a compreensão dos docentes que participaram do estudo sobre os determinantes que impulsionaram a (re)orientação da formação no espaço da FAEN/UERN na medida em que eles apresentam uma visão mais crítica da realidade ao colocarem em evidência as relações de determinação existentes entre a educação e a sociedade e a estreita vinculação entre a forma de organização da sociedade, os objetivos da educação e a maneira como a formação vai se configurando.

No entanto, ainda percebemos, no interior do próprio grupo de docentes, que existem resquícios da visão tecnicista e reducionista sobre formação, oportunidade em que um número bastante restrito de docentes acrescenta as necessidades do mercado como determinante da referida formação, conforme percebemos no depoimento seguinte. “Já tinha outra necessidade no mercado que, o nosso currículo precisava se adequar” (GF1).

Podemos apreender o pensamento que ainda prevalece entre alguns docentes, de vinculação da formação às demandas e regras do mercado e, por conseguinte, a adoção de uma formação predominantemente tecnicista, centrada no conhecimento instrumental, desagregando a formação pelo atrelamento a tarefas e desempenhos específicos, prescritos e observáveis, o que

caracteriza a concepção economicista da educação.

Essa concepção economicista adquire uma nova configuração no contexto político, econômico neoliberal e se constitui em uma tentativa de enquadrar a realidade educacional ao modelo econômico. Assim, “reduz os problemas econômicos, sociais e culturais a uma questão de técnica, por isso seria considerada como algo neutro, podendo ser aplicada em qualquer realidade, independente do contexto em que esteja inserida” (CABRAL NETO, CASTRO, 2004, p. 112).

Essa concepção economicista da educação não é coerente com o projeto político para a saúde, construído pelo movimento de reforma sanitária, uma vez que, esse movimento foi se conformando a partir das críticas às políticas e diretrizes definidas no âmbito da saúde que eram marcadas pela oferta de serviços de saúde insuficiente e inadequada à demanda. Em face dessa crítica propõem a reorganização dos serviços de saúde visando atender às demandas da maioria da população brasileira excluída do acesso a bens e serviços e, conseqüentemente, um processo de formação comprometido com essa reorganização.

Ressaltamos, entretanto, que a universidade, ao definir o seu projeto político de formação, não pode desconsiderar as demandas do mercado, porém não pode aderir exclusivamente à sua lógica. Isso requer a formação de profissionais, capazes de fazer a crítica sobre a realidade social na qual estão inseridos e, assim, assumir o compromisso com o atendimento às necessidades da maioria da população. Significa construir a coerência entre o projeto de formação e o projeto de sociedade que se pretende construir.

Mas, contrapondo-se ao compromisso citado e movido por uma visão reducionista da formação, encontramos um grupo pequeno de docentes que aponta, como determinante para a (re) orientação da formação, a legislação vigente, segundo explicita no depoimento a seguir.

Eu acho que mais do que os determinantes históricos, o que determina as mudanças curriculares aqui são as leis. Por quê? Porque a gente tem medo de mudar, então a gente se arrasta

sobre o documento velho até demais. No dia em que a lei diz: agora tem que ser implementado, então, todo mundo se reúne e vê que é capaz de implementar. Olhe, a gente teve todo o período de 1986 a 1996 para fazer as mudanças curriculares necessárias, estudar, aprofundar, a gente até aprofundou as discussões, fez curso para capacitação de docentes, mas o currículo de fato, o documento só foi construído em 1995, porque em 1996 o parecer dizia que a gente tinha que estar de acordo com aquele parecer. A gente ainda está muito atrelado ao limite da lei (GF1).

Podemos apreender por esse depoimento que alguns docentes consideram que as mudanças na orientação da formação do enfermeiro, atendem às demandas da legislação, ficando a elas restritas. Não podemos deixar de reconhecer a interferência da legislação na mudança da orientação da formação, porém o movimento de mudança na enfermagem não se restringe à força da lei.

Com base nas informações contidas na fala anterior, podemos apreender que, por um lado, provavelmente existe uma negação da força política que teve o movimento de (re)orientação da formação em enfermagem em articulação com os outros movimentos sociais ocorridos nos anos de 1970 e 1980. Essa forma de pensar é expressão da prática conservadora que, historicamente, permeou a enfermagem de submissão e de subserviência às definições do Estado. E hoje, ainda, está presente na prática de alguns profissionais. Aliás, essa prática dificultou e dificulta a organização da categoria, bem como a compreensão da articulação existente entre a prática interna da enfermagem e as questões gerais da sociedade.

Por outro lado, possivelmente, em função do pragmatismo que está presente na prática de alguns docentes, o caráter processual das mudanças é desconsiderado. A mudança na orientação da formação não pode acontecer em um vazio conceitual; requer estudo, aprofundamento e amadurecimento teórico. Requer, ainda, a apropriação, por todos os envolvidos com a formação, das bases teórico-metodológicas que norteiam o Projeto Político-Pedagógico.

Essa apropriação demanda tempo, estabelecimento de acordos e parcerias considerando tratar-se de uma prática coletivo. Dessa forma, são sujeitos de inserções sociais diversas, o que

implica diferentes construções ideológicas, bem como posturas e interesses potencialmente distintos diante da mudança.

Podemos perceber, na (re)construção dos determinantes da (re)orientação da formação no espaço da FAEN/UERN, determinantes no sentido de indicar uma postura de manutenção da visão tecnicista e conservadora sobre a formação do enfermeiro. Esses determinantes, expressos por um número reduzido de docentes, não se constituíram em potencial para impedir, mas interferiram no compromisso com a implementação da mudança na formação.

Mas, podemos apreender, também, determinantes expressos por parcela significativa dos docentes, possibilitando uma compreensão mais ampla da realidade na qual estão inseridos, potencializando o compromisso com a implementação da mudança. No entanto, têm uma maior clareza em torno dos determinantes específicos da área da saúde e da enfermagem, materializados no movimento de reforma sanitária e no movimento participação, para a mudança ocorrida na instituição citada, estabelecendo uma relação entre a dinâmica nacional e a local.

Essa maior clareza acerca do movimento de reforma sanitária e do movimento participação pode ser observada em função da força substantiva desses movimentos sociais, nos anos 1970 e 1980, que construíram, na enfermagem, uma nova concepção de saúde e educação e, conseqüentemente, novas práticas e novos saberes.

As políticas de educação aparecem como um dos determinantes, porém não com a mesma força dos movimentos anteriormente citados. No entanto, ainda, restritas às exigências legais. Provavelmente, pela característica que permeia a docência na saúde/enfermagem, ou seja, são profissionais que ensinam. Os profissionais da saúde/enfermagem, de modo geral, não cursaram uma formação específica para exercer a prática docente. Assim, não possuem uma aproximação com relação ao movimento da educação em geral, portanto, têm dificuldades para proceder as devidas articulações entre a educação em geral e a educação em saúde/enfermagem.

Podemos apreender que não existe uma consensualidade entre os docentes participantes do estudo em torno dos determinantes da (re)orientação da formação do enfermeiro no espaço da FAEN/UERN. No mesmo grupo de docentes, identificamos determinantes indicativos de uma visão mais crítica da realidade tais como os movimentos sociais acerca da democratização da saúde/enfermagem, consequentemente, da sociedade nos anos 1970 e 1980; a crise na qual estava inserida a saúde, a educação e a enfermagem; as políticas de saúde e de educação, além de determinantes que explicitam uma visão tecnicista e reducionista da realidade, como o atendimento às demandas do mercado e à legislação vigente.

A divergência de opiniões explicita a diversidade de concepções sobre a formação que permeia os espaços coletivos e, consequentemente, compromissos políticos distintos e contraditórios com a implementação da mudança na formação do enfermeiro na FAEN/UERN.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crítica acumulada acerca desse modelo de saúde e, consequentemente, de formação para a área, encontrou, na conjuntura dos anos 1970 e 1980, as condições necessárias para a conformação um projeto sanitário contra-hegemônico, materializado no movimento de reforma sanitária brasileira como resultado do esforço coletivo relativo às mudanças para o setor saúde.

Todo esse movimento ocorrido na saúde, a partir dos anos 1970 e 1980, foi determinante para o trabalho e para a educação em enfermagem, uma vez que ampliou o debate no interior da categoria em torno da totalidade na qual estava inserida a saúde e a sua própria prática, em articulação com os movimentos sociais que demandavam pela democratização social e do setor saúde.

Esse processo de formação incorporou as concepções amplamente difundidas pelo movimento de reforma sanitária e

pelo movimento participação, assumindo o compromisso com um processo de formação que tem como horizonte, a transformação da realidade social. Esse compromisso ocorre como desdobramento da compreensão de saúde difundida pelo movimento de reforma sanitária, ou seja, saúde como expressão das condições gerais de vida e não como mera oferta de serviços.

Esse compromisso se constituiu em grande avanço para a categoria, pois significou a tentativa de superação da formação tecnicista, especializada, de base flexneriana que, historicamente, permeou a enfermagem e cuja finalidade está em atender às demandas do desenvolvimento científico e tecnológico do setor saúde. Essa formação já não respondia às necessidades dos serviços de saúde alicerçados nos princípios e diretrizes do SUS, proposto pelo movimento de reforma sanitária. Também não atendeu às necessidades de saúde, reconhecidas como necessidades sociais.

THE DETERMINERS FROM THE POLITIC PROJECTS ON NURSEFORMATION

ABSTRACT: The study analyses the determiners from the Politic Project on Nurse Formation in FAEN/UERN, situating it on economic, politic and social context of 70's and 80's in national level considering its specificity, its concrete historical determiners. The interviews and focus groups conducted with teachers reveal divergent determinants of the institution to the formation as the sanitary reform movement and the participation movement, the crisis of nursing, current legislation and the labor market. We learn that there is no consensus among professors about the determinants of (re)orientation in nurse's formation in FAEN/UERN. In the same group of professors, we identified determinants indicative of a more critical view of reality as well as determinants that explain a technical and reductionist view of reality. Thereby, they explicit several conceptions about education and, consequently, distinct and contradictory political commitments concerning the formation.

Keywords: Sanitary Reformation. Participation Movement. Nurse Formation.

REFERÊNCIAS

CABRAL NETO, A.; CASTRO, A. M. D. A. A formação de professor no contexto das reformas educacionais. In: YAMAMOTO, O. H.; CABRAL NETO, A. (Org.). **O psicólogo e a escola:** uma introdução ao estudo da psicologia escolar. 2. ed. rev. e ampl. EDUFRN: Natal, RN, p. 95-135, 2004.

ESCOREL, S. **Reviravolta na saúde:** origem e articulação do movimento sanitário. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1998.

KOSIC, K. **Dialética do concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

MIRANDA, M. G. O.; MOURA, A.; LIMA, C. B. de. **A conquista de uma paixão:** o desafio da construção de marcos teóricos e metodológicos (re)orientadores da produção da força de trabalho de enfermagem no espaço da universidade. Mossoró-RN: UERN, 2003.

SENA-CHOMPRÉ, R. R.; EGRY, E. Y. **A enfermagem nos projetos UNI:** contribuição para um novo projeto político para a Enfermagem Brasileira. São Paulo: HUCITEC, 1998.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Faculdade de Enfermagem. **Projeto curricular do curso de graduação em enfermagem.** Mossoró, RN, 1997.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Faculdade de Enfermagem. **Projeto político pedagógico do curso de graduação em enfermagem.** Mossoró, RN, 2001.